

Avaliação da pós-graduação em economia

Rogério L. Furquim Werneck*

O Ministério da Educação anunciou os resultados da avaliação da pós-graduação no País no triênio 2004-2006. Foram avaliados pela Capes 2.266 programas em 44 áreas de conhecimento. Os resultados referentes à área de economia causaram grande perplexidade. Os dois principais centros de excelência da área – FGV-RJ e PUC-Rio – tiveram suas classificações rebaixadas. São estas duas instituições que, de um lado, têm conseguido melhor desempenho na publicação de resultados de pesquisa em periódicos internacionais de maior prestígio na área e, de outro, têm atraído, ano após ano, a esmagadora maioria dos melhores candidatos à pós-graduação em economia no País. O que poderia explicar resultado tão surpreendente?

A avaliação da Capes é feita, numa primeira fase, por comissões compostas por professores de cada área específica, escolhidos de forma a assegurar representatividade regional e das várias sub-áreas envolvidas. Cabe a cada uma dessas comissões analisar o desempenho dos programas da área e propor ao Conselho Técnico-Científico (CTC) da Capes que notas atribuir. Mas é ao CTC que compete a decisão final sobre a nota de cada um dos milhares de programas avaliados. Uma questão sempre controversa nessas comissões é como mensurar a produção científica de cada instituição. Programas que já têm bom fluxo de publicações nos melhores periódicos internacionais da área tendem a se bater por critérios que dêem o devido valor a tais publicações. Já aqueles com publicações ainda concentradas em periódicos menos prestigiosos, de menor impacto, tendem a resistir a esses critérios. Com frequência, em áreas em que predominam programas com este segundo perfil, acabam prevalecendo nas comissões critérios menos exigentes que podem dar lugar a indicadores que esmaecem em muito, ou até mesmo invertem, as reais diferenças de desempenho na produção científica dos programas da área. Foi o que aconteceu na avaliação que a comissão da área de economia submeteu à apreciação do CTC.

Mas o resultado surpreendente da avaliação não adveio apenas da percepção distorcida que teve o CTC dessas diferenças. Decorreu também da aplicação inflexível de uma regra simples a que o CTC aparentemente se apegou. É mais do que razoável que a Capes exija que, para receber as notas mais altas por ela atribuídas, a instituição conte com um doutorado de alto nível, titulando doutores em ritmo regular. Embora tenha chegado a mencionar que “cada área terá seus parâmetros” para definir o que entende por ritmo regular, a Capes decidiu agora se pautar por uma regra simples, baseada no entendimento de que “é justo pensar que um programa efetivo de doutorado forme um doutor para cada dois ou no máximo três mestres”.

Além de programas de mestrado, a PUC-Rio e a FGV-RJ têm programas de doutorado em economia de excelente nível, como bem atesta a alta qualidade das teses defendidas, muitas delas premiadas, inclusive pela própria Capes. Por que, então, mesmo recrutando os melhores alunos de pós-graduação em economia do País, as duas instituições vêm titulando uma proporção entre doutores e mestres inferior à que a Capes preconiza? No caso da PUC-Rio, por exemplo, bem mais da metade dos alunos que concluem o mestrado em economia acaba obtendo o doutorado. Mas nem sempre na própria PUC-Rio. Já há muitos anos, o prestígio da pós-graduação em economia da universidade tem dado a seus mestrandos acesso aos mais conceituados programas de doutorado disponíveis no exterior. Só no triênio 2004-2006, 17 mestrandos foram aceitos como alunos de doutorado em instituições como Princeton, MIT, Berkeley, Chicago e Harvard. Treze deles foram agraciados com bolsas das próprias instituições em que foram aceitos. Na FGV-RJ o quadro é similar.

Assegurar que tantos alunos de pós-graduação tenham acesso sistemático aos melhores programas de doutorado em economia disponíveis no mundo – sem nenhum ônus para o País – custou décadas de trabalho acadêmico árduo às duas instituições. Parece mais do que razoável esperar que as autoridades responsáveis pela política nacional de pós-graduação atribuam o devido valor a esse trabalho e estimulem sua manutenção. E que levem em conta seus resultados, ao aferir a real contribuição dessas instituições ao esforço de ampliação do contingente de doutores de nível internacional no País.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.